

# **II - Políticas Setoriais de Desenvolvimento**



**Modernização e Ampliação da Infra-Estrutura Econômica  
Financiamento do Desenvolvimento  
Desenvolvimento Industrial, Tecnológico e do Comércio Exterior  
Agricultura e Agronegócio  
Desenvolvimento Agrário  
Desenvolvimento Regional  
Política Ambiental Integrada  
Turismo**

O Governo Federal adota uma política ativa de desenvolvimento, voltada a superar problemas recorrentes e inter-relacionados da economia brasileira, tais como: a) instabilidade de crescimento e debilidade na criação de postos de trabalho; b) baixo dinamismo dos investimentos e insuficiente capacidade de inovação tecnológica; c) vulnerabilidade externa; e) estrangulamentos e ineficiências geradas pela base de infraestrutura econômica; e d) forte desigualdade de desenvolvimento regional.

São expressivos os resultados obtidos, derivados da implementação de um amplo leque articulado de políticas públicas. As exportações foram substancialmente elevadas, superando as metas originalmente definidas e indicando ampliação estrutural da capacidade exportadora do País. A infra-estrutura vem sendo recuperada e modernizada, com o aumento do investimento público na área, e foram lançadas as bases para a intensificação desse processo, em função da aprovação do Projeto das Parcerias Público-Privadas.

Os progressos na chamada agenda microeconômica, como a nova Lei de Falências e a reestruturação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, cuja proposta foi recentemente concluída, vão contribuir para melhorar o funcionamento da economia e estimular investimentos. Foram também criados mecanismos específicos para ampliar a oferta de crédito ao setor produtivo e adotadas medidas de incentivo tributário que estimulam os investimentos e as exportações, bem como as atividades de pesquisa e inovação tecnológica.

Além disso, foi reforçado substancialmente o apoio às empresas de pequeno porte, importante fator para a geração de emprego e renda e desenvolvimento do empreendedorismo, e estão sendo viabilizadas, depois de muitos anos, iniciativas importantes para o progresso de regiões menos desenvolvidas, como a integração da Bacia do Rio São Francisco e o Programa do Biodiesel.

Esses e outros avanços serão consolidados em 2006, criando perspectivas concretas para eliminar progressivamente os obstáculos mencionados e viabilizar o crescimento sustentado e harmônico da econômica brasileira, com redução das desigualdades regionais e sociais.

## Modernização e Ampliação da Infra-Estrutura Econômica

A necessidade de modernização e ampliação da infra-estrutura econômica está sendo enfrentada decisivamente pelo Governo Federal, na medida em que é requisito essencial para a sustentação de um novo ciclo de desenvolvimento do País. Uma base física e de serviços de infra-estrutura recuperada e ampliada contribuirá para eliminar os obstáculos ao crescimento e ao aumento da competitividade da economia brasileira, e criará condições para o desenvolvimento harmônico dos setores e regiões do País, bem como para a melhoria da qualidade de vida da população.

Como conseqüência da falta de investimentos nas últimas décadas e do impacto da retomada do crescimento econômico e das exportações sobre o estoque de infra-estrutura disponível, os desafios enfrentados pelo País são muitos e de grande magnitude: a) recuperar e ampliar a malha rodoviária federal pavimentada; b) eliminar gargalos de logística nos portos; c) diversificar a estrutura de transporte no País, com aumento da participação dos modais ferroviário e hidroviário no transporte de cargas e passageiros; e d) garantir o abastecimento adequado de energia elétrica, para eliminar os riscos de crises de abastecimento, como a verificada em 2001.

O Governo vem atuando no sentido de fortalecer o sistema de planejamento federal, visando garantir a identificação adequada de projetos prioritários e a recuperação progressiva da capacidade de investimento público direto, seja por intermédio das empresas estatais ou pela ampliação do espaço no Orçamento Fiscal para a realização de investimentos prioritários.

Foram criadas as condições e os instrumentos para, num contexto de restrição fiscal, intensificar a participação do setor privado nos investimentos, por intermédio do aperfeiçoamento dos modelos regulatórios na área - a exemplo do novo modelo para o setor elétrico - e da aprovação do Projeto das Parcerias Público-Privadas - PPPs, de eficácia comprovada pela experiência internacional.

A Lei das PPPs, sancionada pelo Presidente da República em 30 de dezembro de 2004, incorpora conceitos e instrumentos inovadores que vão garantir a viabilização de novos empreendimentos sem comprometer os princípios de responsabilidade fiscal e de transparência na atuação da Administração Pública.

As PPPs envolverão contratos de longo prazo - de 5 a 35 anos - para o financiamento, a implantação e a operação pelo setor privado de projetos, e os respectivos bens serão transferidos para

o Poder Público ao final dos contratos. Para tanto, são previstas as modalidades de concessão patrocinada (que pode associar cobrança de tarifas e contraprestação pública) e administrativa (via contraprestação pública). O pagamento público será condicionado à efetiva prestação dos serviços e à performance do parceiro privado e garantido por seguro ou fiança de fundo garantidor. O mecanismo permite a inversão das fases de licitação e a utilização da arbitragem para resolver contenciosos.

Foi instituído, em março de 2005, o Comitê Gestor das Parcerias Público-Privadas - CGP, integrado pelos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (coordenador), da Fazenda e da Casa Civil da Presidência da República, e respectivos Secretários-Executivos como suplentes. Entre as atribuições do CGP está a de definir os serviços prioritários para execução no regime de PPPs e disciplinar os procedimentos para celebração de contratos e suas alterações. Foram criadas, também, a Comissão Técnica das PPPs e a Secretaria Executiva do CGP, vinculadas ao Ministério coordenador.

Encontram-se em análise cinco projetos passíveis de execução pela modalidade de PPPs, vinculados à infra-estrutura de transporte, em corredores logísticos estratégicos para escoamento de cargas e integração regional: Ferrovia Norte-Sul; BR-116, entre Bahia e Minas Gerais; Arco Rodoviário do RJ; Ferroanel de São Paulo; Variante Ferroviária Ipiranga-Guarapuava.

## O Projeto-Piloto de Investimentos

O Projeto-Piloto de Investimentos - PPI, previsto na LDO-2005, é outro instrumento relevante para viabilizar a implementação de projetos públicos e instituir mecanismo que flexibilize a contabilização de parte dos investimentos na meta de superávit primário. Em 2005, foram aprovadas, por intermédio desse mecanismo, dotações orçamentárias da ordem de R\$ 2,8 bilhões, destinadas, principalmente, a obras na área de infra-estrutura de transportes.

O PPI é traduzido como um importante instrumento para a realização de investimentos prioritários, em especial na área de infra-estrutura. Os projetos selecionados apresentam retorno econômico positivo, o que contribuirá para acelerar o crescimento do nível de atividade interna, com repercussões favoráveis na redução da relação dívida/PIB, compensando eventuais impactos de curto prazo derivados da flexibilização na meta de superávit primário, necessária para a implementação dos projetos. Em seu conjunto, o PPI envolve aplicações de cerca de R\$ 9,0 bilhões no período compreendido entre 2005 e 2007. Para o exercício de 2006, a Proposta Orçamentária prevê R\$ 3,3 bilhões em investimentos, equivalentes a 0,15 % do PIB.

A seleção inicial de 120 projetos relativos a diversas áreas deu-se mediante ampla discussão em 2005 com os órgãos diretamente envolvidos, com destaque para a de infra-estrutura de transportes, além de empreendimentos relacionados com o gerenciamento de recursos hídricos, irrigação em perímetros públicos, modernização do sistema nacional de metrologia, e desenvolvimento da biotecnologia na Amazônia, entre outros. Para esse conjunto de projetos foram destinados R\$ 2,8 bilhões, além dos R\$ 483,3 milhões alocados originalmente.

Paralelamente à definição de critérios para seleção de investimentos, foi desenvolvido um sistema de monitoramento intensivo da execução dos projetos incluídos no PPI, que contempla o acompanhamento de cada contrato de obra envolvido e objetiva acelerar e maximizar a aplicação de recursos. Em função desse sistema, foi possível suplementar dotações para os projetos que têm apresentado maior ritmo de implementação em detrimento dos recursos aplicados naqueles que enfrentam problemas de execução, tais como atrasos na elaboração de projetos básicos e nos processos licitatórios, os quais tiveram seus cronogramas reajustados. Foi possível também abrir espaço para a inclusão de 6 novos projetos de adequação de rodovias, do projeto da Ferrovia Norte-Sul e de 10 levantamentos geológicos e geofísicos aplicados à prospecção de petróleo e gás natural.

Os investimentos adicionais do PPI para 2006 possibilitarão a continuidade da execução dos projetos não concluídos em 2005, a inclusão de 19 novos empreendimentos e a ampliação dos investimentos para recuperação de rodovias, envolvendo mais de 5.750 km. A necessidade de integração de um corredor logístico de exportação e de corredores estratégicos que proporcionem impactos positivos em todas as regiões do País se traduz na destinação de 78% da totalidade desses recursos para o Setor Transporte.

<b>Projeto-Piloto de Investimentos 2006</b>		
	<b>R\$ milhões</b>	<b>%</b>
<b>Setor Transporte</b>	<b>2.568</b>	<b>78</b>
Adequação/Construção de Rodovias	1.165	35
Recuperação de Rodovias	909	27
Ferrovias	167	5
Estudos e Projetos	166	5
Portos	161	5
<b>Demais Setores</b>	<b>739</b>	<b>22</b>
Metrô e transporte coletivo	375	11
Modernização da Receita do Brasil	248	7
Perímetro de irrigação	58	2
Estudos de prospecção de petróleo e gás natural	45	1
metereologia	13	0
<b>Total</b>	<b>3.307</b>	<b>100</b>

## Transportes

A expansão da fronteira agrícola brasileira e o desenvolvimento sócio-econômico acelerado do interior do Brasil vêm aumentando a demanda por transporte, seja para fins de escoamento da safra, seja para atendimento emergencial às necessidades sociais. Portanto são necessários investimentos para melhoria e expansão dos modais de transportes, com vistas a integrar as regiões geo-econômicas e, conseqüentemente, os principais centros produtores e consumidores de norte a sul do País.

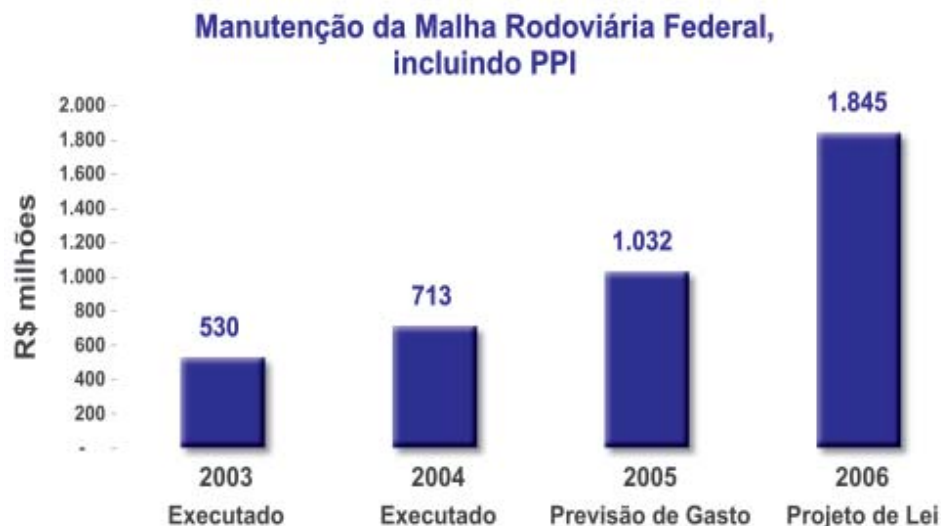
O Governo Federal tem envidado esforços no sentido de fazer aportes crescentes de recursos para o setor de transporte, no Orçamento Fiscal, notadamente quanto à inclusão dos investimentos dessa área no âmbito do PPI:



Uma das maiores prioridades da política governamental é a recuperação das rodovias federais para reverter o quadro de deterioração provocado pela falta de investimentos nas últimas décadas, que impõe restrições ao crescimento da produção e das exportações brasileiras, além de comprometer a segurança dos usuários. Para tanto, estão sendo viabilizados, de forma articulada, o investimento público direto e os investimentos por intermédio de concessões e das Parcerias Público-Privadas.

Com o objetivo de conferir adequada trafegabilidade em nossas rodovias, está prevista, no período de existência do PPI, a recuperação de trechos rodoviários em 19 rodovias federais em 17 estados, que representam cerca de 22.000 km da malha rodoviária federal. Desde o início de 2003 até meados de 2005, foram recuperados mais de 6 mil km de rodovias federais, além de efetivados contratos para serviços de conservação e sinalização de

42 mil km e 18 mil km, respectivamente. Os dispêndios para manutenção da malha rodoviária federal estão crescendo substancialmente desde 2003, devendo atingir R\$ 1,8 bilhão em 2006, contra apenas R\$ 529,7 milhões em 2002, conforme demonstrado a seguir:



O Projeto-Piloto de 2005 contemplou investimentos de R\$ 1,8 bilhão no setor de transporte rodoviário, sendo R\$ 952,0 milhões para manutenção/reabilitação, permitindo a recuperação de 4 mil km de rodovias, e R\$ 833,0 milhões para construção e duplicação. Destacam-se os investimentos na adequação ou construção de trechos na BR -101, nas suas seções Nordeste e Sul e no Rio de Janeiro, este em conjunção com o Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, o que envolve a BR-493; na BR-116, em São Paulo e no Paraná, no contorno de Curitiba (Leste); na BR-153, em Goiás, entre Aparecida de Goiânia e Itumbiara; na BR-364, no Acre, entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul; e na BR-381, desde Governador Valadares até São Paulo.

Ademais, cabe ressaltar que do total de 57,7 mil km da malha rodoviária federal, mais de 14 mil km estão incluídos no Programa de Concessões, com cerca de 3,5 mil km já concedidos. Espera-se concluir, a curto prazo, a concessão de mais 8 lotes de rodovias, com extensão total de 3 mil km.

Encontram-se, ainda, em estágio avançado de análise pelo Governo Federal alguns projetos rodoviários prioritários para implantação na modalidade de Parceria Público-Privada, como a duplicação da BR-116, no trecho Bahia-Minas, e a construção do Arco Rodoviário Metropolitano do Rio de Janeiro, ligação com o Porto de Sepetiba.

O Governo também busca aumentar a participação das ferrovias no transporte de cargas, para tornar o sistema de transporte brasileiro mais competitivo. Nesse sentido, observa-se,

desde o início de 2003 até meados de 2005, um aumento expressivo no volume de carga transportada por ferrovias, que passou de 182,6 mil TKU para 206 mil TKU (crescimento de 13%).

Para fortalecer o setor ferroviário, foi concluído o processo de reestruturação econômico-financeiro da Brasil Ferrovias, o que irá permitir a realização de novos investimentos pelo setor privado. Encontram-se em análise, no âmbito das Parcerias Público-Privadas, projetos importantes para ampliação de corredores de transporte estratégicos, como as construções da Ferrovia Norte-Sul, do Anel Ferroviário de São Paulo e da Variante Ferroviária Ipiranga-Guarapuava.

Para o exercício de 2006 o Orçamento Fiscal destinará a esse setor R\$ 223,7 milhões, que possibilitarão a construção de cerca de 100 km da Ferrovia Norte-Sul, entre Aguiarnópolis e Babaçulândia, no Tocantins; dos contornos ferroviários de São Felix e Cachoeira, na Bahia e de São Francisco do Sul, em Santa Catarina; e a adequação de ramal ferroviário em Barra Mansa, no Rio de Janeiro; entre outros.

No setor portuário, está em implantação, desde 2004, a chamada Agenda Portos que objetiva evitar problemas logísticos para o escoamento das exportações brasileiras, por intermédio da eliminação de entraves físicos e operacionais dos principais portos do País. Estão sendo desenvolvidas ações em 11 grandes portos brasileiros, por onde passam mais de 90% das exportações do País.

Além das ações da Agenda Portos, o Projeto-Piloto de Investimentos de 2006 incluiu dotações da ordem de R\$ 226,0 milhões para a área portuária, direcionadas para sete dos principais portos do País: Santos, Sepetiba, Rio de Janeiro, Vitória, São Francisco do Sul, Areia Branca e Suape.

Cabe também destacar a prioridade concedida pelo Governo, desde 2004, para a implantação do Sistema de Segurança nos Portos Nacionais (ISPS Code), derivado dos acordos firmados pelo País no âmbito da Organização Marítima Internacional.

Ainda no setor de transportes, com vistas a melhorar a gestão e a inteligência dos órgãos federais de transportes, estão sendo alocados cerca de R\$ 235,2 milhões para a realização de estudos e projetos, em especial os destinados ao desenvolvimento de novas intervenções em rodovias, ferrovias e portos, e para pesquisa e desenvolvimento na área de engenharia de transportes.

No Orçamento de Investimento estão sendo programados recursos da ordem de R\$ 272,0 milhões nas Companhias Docas, sendo que 82% desses recursos serão originados do Tesouro



Nacional para aumento de capital das respectivas empresas. Entre os projetos contemplados destacam-se a implantação da Avenida Perimetral e a dragagem de aprofundamento no canal de acesso e bacia de evolução do Porto de Santos.

Para estimular os investimentos privados na modernização e ampliação das instalações e serviços portuários, foi criado o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO, que concede, por prazo pré-determinado, desoneração tributária para a aquisição de equipamentos portuários.

## **Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica**

O novo modelo para o setor elétrico, proposto pelo Governo Federal e aprovado pelo Congresso Nacional em março de 2004, viabiliza um marco regulatório estável para o setor, que assegura o abastecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, com base numa relação harmônica entre planejamento governamental e mercado. O modelo possibilita reverter a situação preexistente, caracterizada pela paralisação de obras e desestímulo a novos investimentos, e alterar a tendência de explosão tarifária, uma vez que os leilões da chamada energia velha, realizados em 2005, propiciarão uma redução substancial das tarifas praticadas.

Em 2004, a reorganização institucional do setor de energia elétrica foi concluída, as regras de comercialização de energia no País foram definidas e a Empresa de Pesquisa Energética - EPE foi criada, restabelecendo o planejamento de longo prazo do setor energético no País.

Para agilizar os investimentos na área, o Governo, por intermédio do Comitê de Gestão Integrada de Empreendimentos de Geração do Setor Elétrico (CGISE), tem atuado para superar dificuldades relacionadas com o licenciamento ambiental de projetos paralisados e acelerar o processo de licenciamento ambiental de novos projetos.

A capacidade instalada de geração de energia elétrica de 83,8 mil em 2003 atingirá 94,9 mil MW ao término de 2006, com incremento de 13,5% - a maior parte derivada da entrada em operação de novas usinas -, além das usinas hidrelétricas e termelétricas que se encontram em construção, cuja capacidade geradora será superior a 6 mil MW. No mesmo período, houve expansão de 8,4 mil km de linhas de transmissão, representando um aumento de 10% da capacidade da rede básica de transmissão do País, e encontram-se em instalação mais de 6,2 mil km de novas linhas.



No Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA, financiado pelo BNDES e criado para diversificar a matriz energética brasileira, foram contratados projetos de energia alternativa renovável com capacidade de 3,3 mil MW, compreendendo: 1,2 mil MW de pequenas centrais hidrelétricas; 1,4 mil MW de energia eólica; e 685 MW de energia derivada de biomassa.

Com vistas a conciliar a diversificação da matriz energética e a universalização do acesso à energia elétrica, foram destinados recursos da ordem de R\$ 26,8 milhões no Orçamento Fiscal da União para o Programa Luz para Todos, o qual visa o desenvolvimento, a implantação e a disseminação de projetos de referência, principalmente em sistemas isolados, mediante a utilização de tecnologias Solar, Eólica, Biomassa e Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs e de outras novas, como o Hidrogênio e a Célula a Combustível.

O objetivo principal do Programa é possibilitar a utilização de energia elétrica pelas pessoas beneficiadas para realização de atividades produtivas que ampliem a renda familiar e promovam o desenvolvimento local. Lançada em 2003, essa iniciativa já permitiu o acesso à energia para 200 mil famílias, ou um milhão de pessoas do meio rural, cuja meta é atingir 12 milhões de pessoas até 2008.

As empresas estatais que atuam no setor de energia elétrica, em especial as do Grupo Eletrobrás, deverão investir mais de R\$ 6,2 bilhões em 2006, destacando R\$ 3,0 bilhões em obras de transmissão e distribuição de energia elétrica e R\$ 2,9 bilhões para construção, ampliação e modernização dos meios de geração.

## Produção de Petróleo, Gás Natural e Biodiesel

Nos últimos anos os resultados obtidos pela Petrobrás nas atividades exploratórias foram notáveis, o que permitiu elevar para 13 bilhões de barris as reservas de petróleo e gás, com crescimento de 18% em relação ao volume estimado no final de 2002. Em maio de 2005, a produção da Petrobrás atingiu o recorde mensal, com uma média de 1,7 milhão de barris/dia.

Da mesma forma, a expansão da infra-estrutura de gás natural tem sido significativa, com inúmeros gasodutos em fase adiantada de conclusão, prevendo-se a instalação de 4,6 mil km de novos dutos até o final de 2006.

O Orçamento Fiscal destinará R\$ 45,0 milhões para a promoção de estudos geológicos e geofísicos para a avaliação do potencial produtivo em áreas terrestres e a descoberta de novas reservas de combustíveis fósseis no País, com vistas à expansão da produção de petróleo e gás natural, assim como ao atingimento e à manutenção da auto-suficiência na produção nacional desses recursos.

Com relação ao Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural, desde 2003 foram contratadas pela Petrobrás e estão em construção quatro plataformas de produção - P51 a P54 - e uma de rebombeio (PRA-1), com investimentos superiores a R\$ 7,0 bilhões e previsão de geração de 13 mil empregos diretos e 38 mil indiretos. Esse impacto expressivo na geração de empregos só é possível em função da política governamental de fortalecimento da indústria nacional nos fornecimentos para a Petrobrás, devido à elevação das exigências de conteúdo nacional.

As empresas integrantes do Grupo Petrobrás deverão aplicar, no ano de 2006, mais de R\$ 31,0 bilhões nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, bem como em atividades de refino, distribuição e transporte de petróleo e derivados, no Brasil e no exterior. Cabe destacar a preocupação, na definição das aplicações do Grupo Petrobrás, para os aspectos relacionados à preservação ambiental e à integridade dos funcionários e das populações potencialmente afetadas pelas atividades da Empresa. Nesse sentido, estão sendo programados recursos no valor de R\$ 1,5 bilhão para manutenção dos sistemas de controle ambiental, de segurança industrial e de saúde ocupacional nas áreas de extração e produção de petróleo e gás natural, refino e transporte dutoviário.

O Governo lançou em 2004 o Programa do Biodiesel, com a premissa de um modelo de desenvolvimento que privilegia a segurança e a qualidade do abastecimento, aliados a objetivos de inclusão social, por intermédio da produção descentralizada, da utilização de várias oleaginosas e da participação importante da agricultura familiar. Foi autorizada a mistura de 2% de biodiesel ao diesel mineral, e a introdução do novo combustível, disciplinada pela Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que estabelece metas de mistura obrigatória a partir de 2008. Ademais, foi criado um regime de tributação especial do PIS/COFINS que favorece a utilização de matérias-primas produzidas por agricultores familiares vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

## **Geologia, Mineração e Transformação Mineral**

A partir de 2003 as ações do Governo no setor de Geologia, Mineração e Transformação Mineral visaram à construção de um ambiente institucional mais atraente aos investimentos privados necessários ao desenvolvimento da pesquisa e da produção de minerais, os quais, segundo projeções, precisam triplicar ao longo de uma década, de modo a atender às necessidades de crescimento do País.

Para o exercício de 2006, pretende-se consolidar um novo cenário tecnológico que possibilite alcançar um patamar de modernidade, eficiência e eficácia nas atividades relacionadas à Gestão do Patrimônio Mineral Brasileiro e viabilizar o desenvolvimento e a implantação de novos sistemas informatizados, em consonância com o redesenho dos principais macro-processos envolvidos, proporcionando assim uma maior agilidade e transparência na Gestão Institucional.

Até 2006, espera-se a conclusão de cerca de 360 mil km<sup>2</sup> de levantamentos geológicos e 500 mil km de levantamentos aerogeofísicos; a elaboração da primeira carta hidrogeológica do Semi-Árido, dotando o governo e a sociedade de um instrumento fundamental para a elaboração de políticas públicas de gestão de recursos hídricos naquela região; e a adequada gestão dos bens minerais, por meio de ações de formalização do processo de outorga e fiscalização e de outras voltadas para a viabilização do incremento da exploração mineral sustentável.

## Financiamento do Desenvolvimento

O Governo vem adotando várias medidas para melhorar as condições de financiamento ao investimento, produção e consumo, de modo a estimular a atividade econômica e viabilizar o crescimento sustentado. Paralelamente a uma atuação mais efetiva dos bancos oficiais de fomento, estão sendo introduzidas reformas legais e institucionais que favorecem a ampliação do crédito tanto de maneira geral como também de modalidades específicas, como o crédito imobiliário, os empréstimos com consignação em folha de pagamento e o microcrédito.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os demais bancos públicos estão reforçando continuamente seu papel como agentes de desenvolvimento, direcionando seu apoio aos investimentos produtivos e para áreas consideradas prioritárias no PPA 2004-2007. Os desembolsos do BNDES foram de quase R\$ 40,0 bilhões em 2004, contra R\$ 23,0 bilhões no ano de 2000, com grande destaque para o apoio às microempresas e empresas de pequeno porte, cuja participação no total dos desembolsos atingiu o pico em 2004 (24%), contra participação de apenas 13% em 2000. Os empréstimos totais do BNDES devem atingir quase R\$ 60,0 bilhões em 2005 e mais de R\$ 77,0 bilhões em 2006.

O Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional - MODERMAQ/BNDES, lançado em 2004 no âmbito da nova Política Industrial e de Comércio Exterior, acumulava, até o primeiro semestre de 2005, aplicações no valor de

R\$ 530,0 milhões (1,7 mil operações) para financiamento da aquisição de bens de capital seriados, com taxas de juros pré-fixadas. Outros programas, tais como os de financiamento para produção, comercialização e exportação de "software" e para apoio à produção de medicamentos e insumos farmacêuticos, alcançaram aplicações superiores a R\$ 320,0 milhões.

As políticas operacionais do BNDES foram também alteradas para melhorar as condições de financiamento e atenuar os riscos para os tomadores dos empréstimos. Foi reduzida pela metade a compulsoriedade em moeda estrangeira nas operações de financiamento às grandes empresas e eliminada a obrigatoriedade de repasse de risco cambial às empresas cuja operação não permita a geração de divisas. Além disso, foi criada linha de financiamento com taxa de juros fixa em dólares para operações de pré-embarque.

Cabe ainda destacar a evolução substancial do microcrédito popular e do microempreendedor. Do início de 2004 a abril de 2005 foram realizadas quase 7 milhões de operações de crédito popular no sistema financeiro nacional, totalizando empréstimos

no valor de R\$ 1,4 bilhão. Em 2005 foi criado o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e dos depósitos especiais dos bancos, voltado especificamente para estimular os microempreendedores.

Além disso, dados das maiores instituições financeiras evidenciam que o crédito em consignação já atingiu mais de R\$ 16,0 bilhões em meados do primeiro semestre de 2005, representando cerca de 40% do total do crédito pessoal, com taxas médias de juros 50% inferiores às do crédito pessoal convencional.

## **Desenvolvimento Industrial, Tecnológico e do Comércio Exterior**

### **Apoio ao Setor Produtivo**

O modelo de desenvolvimento conduzido pelo Governo tem como elemento fundamental a implementação de uma ativa política industrial, tecnológica e de comércio exterior. Essa política, lançada em 2004, associa medidas de caráter horizontal, voltadas para o aumento da competitividade do setor produtivo como um todo, com ações específicas em áreas estratégicas para dinamizar a economia e melhorar a qualidade de vida da população (software, bens de capital, medicamentos, microeletrônica, biotecnologia, nanotecnologia e biomassa).

A política industrial tem sido progressivamente aprofundada e operacionalizada, com a adoção, além dos instrumentos de suporte financeiro já mencionados, de medidas nos campos institucional, tributário e do desenvolvimento tecnológico, entre outros, que hoje representam um conjunto robusto de instrumentos de apoio ao setor produtivo nacional. Ademais, o ajuste competitivo do parque industrial brasileiro, particularmente nos segmentos de cadeia produtiva mais longa, tem sido também possível pelo fim da cumulatividade da cobrança das contribuições sociais.

Foram criados o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, por meio da Lei no 11.080, de 30 de dezembro de 2004, com o objetivo de complementar a formulação da política e articular a sua implementação. Como resultado da atuação dessas instâncias de formulação e acompanhamento, o Governo lançou recentemente um amplo conjunto de medidas tributárias de incentivo ao investimento produtivo, às exportações e ao desenvolvimento tecnológico.

Entre as medidas destacam-se a criação: a) do Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas

Exportadoras - RECAP, que suspende a incidência do PIS/PASEP e da COFINS nas vendas e na importação de bens de capital, quando adquiridos por empresas exportadoras; e b) do Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia de Informação - REPES, que suspende a cobrança do PIS e da COFINS na aquisição de bens e serviços por empresas de software ou de tecnologia de informação, predominantemente exportadoras.

Essas medidas evitarão o acúmulo de créditos tributários e incentivarão a realização de novos investimentos para ampliação da capacidade exportadora do País. Estima-se, por exemplo, que o REPES possibilitará ao País atingir, em 2007, exportações de software e de outros serviços de tecnologia de informação no valor de US\$ 2,0 bilhões.

Para reduzir os custos dos investimentos, foram zeradas as alíquotas do IPI incidente sobre bens de capital, antecipando-se em 18 meses compromisso assumido pelo Governo, previsto originalmente para o final de 2006. Além disso, serão ampliados, a partir de janeiro de 2006, os prazos de recolhimento do Imposto de Renda na Fonte - IRRF, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF e de Contribuição sobre Movimentação Financeira - CPMF, para favorecer a melhoria do fluxo de caixa das empresas, diminuir a necessidade de capital de giro e gerar ganhos pela simplificação dos procedimentos tributários.

Entre as medidas anunciadas em junho de 2005, destaca-se também a ampliação substantiva dos incentivos à inovação tecnológica voltados para estimular os gastos privados nessa área. Os incentivos que vigorarão a partir de 2006 permitem ampliar em 60% as deduções dos dispêndios em P&D empresariais no IRPF, podendo chegar a 80% se forem incorporados novos pesquisadores e até 100% se resultarem em registro de patentes. A medida contempla ainda o estímulo à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como de inventores independentes, em processos de inovação realizados por empresas de maior porte.

Foi criado o Programa de Inclusão Digital com o objetivo de incentivar a aquisição de computadores pela população com menor poder aquisitivo, bem como melhorar sua inserção no mercado de trabalho. O Programa reduz a zero as alíquotas do PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre a comercialização, no varejo, de equipamentos de informática, com valor inferior a dois mil e quinhentos reais.

O pacote de medidas contempla também o aperfeiçoamento do SIMPLES, eliminando a retroatividade da exclusão de microempresas e empresas de pequeno porte do sistema de arrecadação unificada de tributos federais, quando decorrente de inscrição de débitos em Dívida Ativa da União.

Para superar uma distorção histórica importante, que afeta o desenvolvimento da atividade empresarial no País e a concretização de novos empreendimentos, o Governo concluiu em maio de 2005, e submeteu à consulta pública, Projeto de Lei que simplifica substancialmente os procedimentos para registro, legalização e baixa de empresas. Entre outros dispositivos, a proposta prevê a criação de uma rede de simplificação, composta por todos os órgãos envolvidos no processo, com a implementação de uma entrada única de informações e documentos e a adoção de licenças prévias para funcionamento de empresas.

## **Promoção do Comércio Exterior**

A promoção do comércio exterior é elemento central na estratégia de desenvolvimento do País. As ações envolvem, entre outras, medidas de crédito às exportações, de desburocratização de procedimentos e de apoio ao crescimento da base exportadora do País, particularmente das empresas de menor porte, que apresentam no País um desempenho exportador expressivamente inferior ao de economias mais desenvolvidas, o que, ao mesmo tempo, revela um problema e indica um potencial a ser aproveitado para aumentar as exportações brasileiras.

O Governo tem procurado fortalecer e agilizar o apoio financeiro aos exportadores por intermédio do PROEX e do sistema de seguro de crédito às exportações, inclusive aperfeiçoando a administração desses programas. O BNDES liberou cerca de R\$ 27,0 bilhões para o financiamento das exportações de bens e serviços no período de janeiro de 2003 a junho de 2005.

O Banco criou um departamento específico voltado para a integração da América do Sul e a carteira de empréstimos para exportação de bens e serviços brasileiros para obras de infraestrutura na região, que já alcança cerca de US\$ 3,0 bilhões.

O Programa Brasil Exportador, que integra inúmeros Programas governamentais de apoio às exportações (desburocratização de processos, novo SISCOMEX, Radar Comercial, etc), vem contribuindo para a constante superação das metas de exportações, estimando-se para 2005 a cifra de US\$ 112,0 bilhões. Fortalece-se também, cada vez mais, a tendência de diversificação de mercados das exportações brasileiras, com crescimento das vendas para o Oriente Médio, Europa Oriental e África, além da ampliação do acesso - possibilitada por acordos comerciais e pela promoção comercial - nos mercados dos países do Grupo Andino, Japão, Coréia, Índia e China, entre outros.

No contexto das medidas para ampliação da base exportadora do País, o Governo atua fortalecendo os chamados Arranjos



Produtivos Locais, mediante vários instrumentos, entre os quais um específico para o incremento das exportações de empresas de menor porte. Trata-se do Projeto de Extensão Industrial Exportadora - PEIEX, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, que realiza diagnósticos e disponibiliza técnicos para atuar na capacitação para o comércio exterior.

Cabe destacar também a atuação efetiva do País na Organização Mundial do Comércio, que tem permitido vitórias importantes para o Brasil em contenciosos comerciais, como foi o caso das disputas em torno dos subsídios ao algodão concedidos pelos EUA e ao açúcar, concedidos pela União Européia, abrindo perspectivas importantes para a elevação das exportações agroindustriais brasileiras.

## Ciência e Tecnologia

O Governo tem priorizado a área de Ciência e Tecnologia e buscado aprofundar as sinergias das ações do setor com as prioridades da política industrial, com vistas ao aumento da competitividade do parque industrial, mediante a elevação de sua capacidade de inovação para o desenvolvimento de produtos e processos, a substituição de importações e expansão das exportações, e o atendimento dos objetivos nacionais de desenvolvimento tecnológico em áreas e regiões estratégicas para o País, como a Espacial, Nuclear, da Amazônia, do Cerrado, do Pantanal, do Semi-Árido e da plataforma marítima brasileira. Cabe destacar a abertura de possibilidades mais amplas para intensificar as pesquisas de células-tronco, em função da sanção da nova Lei de Biossegurança.

Além da já mencionada ampliação dos estímulos para atividades privadas de Pesquisa e Desenvolvimento, foi sancionada a nova Lei de Inovação, que facilita a transferência para o setor produtivo de conhecimento gerado nas universidades e centros de pesquisa. Foram também aperfeiçoados e prorrogados até 2019 os incentivos para aplicações em P&D previstos na Lei de Informática. O Governo tem atuado ainda no apoio direto à criação e desenvolvimento de empresas de menor porte de base tecnológica, por intermédio de Programas como o de Pesquisa em Pequenas Empresas (Pappe), de Criação de Tecnologia (Criatec), bem como do Programa Mobilizar para Inovar.

Estão sendo desenvolvidas ações prioritárias focadas nos setores denominados portadores do futuro, tais como: a) a implantação da Rede de Pesquisa de Proteoma; b) o apoio ao Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), que permitirá a geração de conhecimentos na produção de fármacos e na agroindústria; c) a implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia; e d) o apoio ao desenvolvimento de tecnologias na área da fabricação e utilização do biodiesel, e o domínio do ciclo do combustível nuclear.

No âmbito do Programa Espacial Brasileiro, o País vem trabalhando para dominar o ciclo completo da tecnologia espacial (satélites e cargas úteis, veículos lançadores e centros de lançamento) baseado no Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, cuja reconstrução está em andamento, e na retomada do projeto do Veículo Lançador de Satélites -VLS. No que se refere ao Programa de Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro de Observação de Recursos Terrestres (CBERS), está programada a construção de mais três satélites, viabilizando uma atuação brasileira importante no mercado internacional de fornecimento de imagens por sensoriamento remoto.

Para fortalecer o desenvolvimento de recursos humanos na área de Ciência e Tecnologia, além de reajuste do valor das bolsas de estudo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico vem intensificando desde 2003 a concessão de bolsas de estudo para mestrado e doutorado, cuja meta é de mais de 15.700 mil bolsas em 2005 e 16.500 mil bolsas para 2006.

Em função da reformulação de sua gestão, as aplicações dos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia aumentaram substancialmente e têm sido focadas nas necessidades do setor produtivo, e nas prioridades da política tecnológica brasileira. Para o conjunto dos 16 Fundos, as aplicações deverão atingir em 2006 o valor de R\$ 1.034,1 milhões, conforme demonstrado a seguir:

#### Aplicação dos Recursos dos Fundos de Ciência e Tecnologia

R\$ milhão

	Valores Aplicados			PLO	
	2002	2003	2004	2005	2006
Aeronáutico	0,2	12,0	11,6	15,0	16,7
Agronegócio	1,3	25,9	25,9	31,2	42,0
Biotechnology	1,0	13,2	12,8	30,0	25,0
Energia	25,3	66,1	73,3	75,0	79,0
Espacial	2,7	0,0	1,0	1,9	1,5
Funttel	106,3	153,7	105,2	228,4	243,7
Hidro	11,7	18,3	16,9	42,2	40,0
Info	21,3	23,2	18,8	31,5	30,2
Infra	68,3	112,3	133,0	145,0	176,5
Mineral	2,5	4,4	4,2	6,4	6,5
Naval	0,0	0,0	0,0	4,6	6,0
Petro	75,1	82,1	74,5	87,1	100,0
Saúde	0,4	24,1	26,9	31,2	42,3
Transporte	3,4	1,8	0,3	0,2	0,3
Verde-Amarelo	102,2	180,0	184,9	200,0	205,8
Amazônia	0,0	0,0	10,0	20,6	18,7
<b>TOTAL</b>	<b>421,7</b>	<b>717,3</b>	<b>699,1</b>	<b>950,3</b>	<b>1.034,1</b>

## Agricultura e Agronegócio

Moderno, eficiente e competitivo, o agronegócio é reconhecidamente um dos setores mais importantes da economia brasileira, sendo responsável por grande parte do superávit da balança comercial, com cerca de 40% do valor total das exportações. Ademais, contribui com mais de 30% do PIB, além de gerar mais de um terço dos empregos existentes no País.

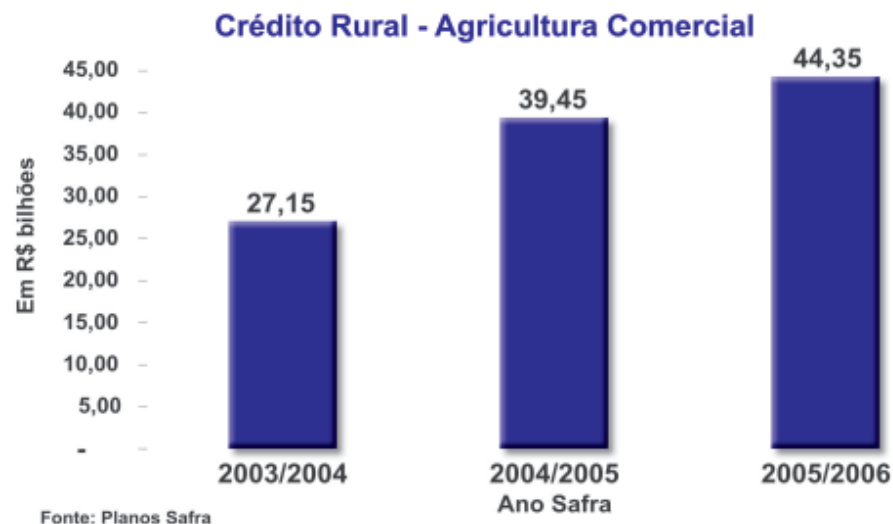
O potencial do setor também pode ser medido com base no fato de que o Brasil tem 388 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, dos quais 90 milhões não são explorados. Esses fatores ressaltam a vocação natural do país para a agropecuária e para todos os negócios relacionados a cadeias produtivas.

O saldo comercial do agronegócio passou de US\$ 19,4 bilhões, no período de janeiro a julho de 2004, para US\$ 21,4 bilhões no mesmo período de 2005, crescimento superior a 10%. Destacam-se as exportações do complexo de soja, que atingiram US\$ 11,8 bilhões; as de carnes, que superaram o valor de US\$ 7,7 bilhões; e as de açúcar e álcool, que ultrapassaram a cifra de US\$ 4,2 bilhões.

No intuito de aproveitar ainda mais o seu potencial, o Governo tem empreendido esforços para o desenvolvimento do agronegócio, com enfoque no crédito rural, na pesquisa e transferência de tecnologia para defesa agropecuária e na comercialização e armazenagem.

No tocante ao Crédito Rural, esse vem sendo incentivado por intermédio de novos instrumentos privados de crédito para complementação dos financiamentos ao agronegócio, tais como o Certificado de Depósito Agropecuário - CDA; o Warrant Agropecuário - WA; os Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA; as Letras de Crédito do Agronegócio - LCA; e os Certificados Recebíveis do Agronegócio - CRA. Ressalta-se, também, a autorização para que bancos sob controle acionário de cooperativas centrais de crédito possam receber depósitos de poupança rural para alavancar financiamentos ao setor.

Esses novos mecanismos, somados aos tradicionalmente utilizados pelo setor bancário e empresas, além dos financiamentos concedidos diretamente pelo Governo Federal, permitiram um crescimento substancial, ano a ano, no volume de recursos disponibilizados para financiamento do agronegócio. O volume de recursos disponibilizado nos Planos Agrícola e Pecuário passou de R\$ 27,2 bilhões em 2003/2004, para R\$ 39,5 bilhões em 2004/2005 e para R\$ 44,3 bilhões no Plano 2005/2006, com crescimento de mais de 63%, quando se compara o Plano 2005/2006 com o de 2003/2004.



As disponibilidades para investimentos no Plano 2005/2006 atingem R\$ 11,15 bilhões, um aumento de 4% em relação a 2004/2005. Esses recursos incluem os programas Moderfrota, destinado à aquisição de máquinas e implementos agrícolas; Moderinfra, que possibilita investimentos de irrigação e expansão dos meios de armazenagem da produção nas próprias fazendas; e Moderagro, referente à correção e conservação de solos, adubação verde, recuperação de pastagens e sistematização de várzeas, além da implantação de práticas conservacionistas do solo e de adequação ambiental de propriedades rurais.

No que diz respeito ao enfoque na pesquisa e transferência de tecnologia agropecuária, é de fundamental importância, para um país como o Brasil, possuir moderna tecnologia agropecuária e agroindustrial, não somente para atender as necessidades de abastecimento, como também para garantir a inserção dos seus produtos primários nos mercados internacionais. Assim, as estratégias adotadas pela pesquisa vão desde o desenvolvimento de produtos e processos mais adequados à indústria e às expectativas do consumidor, até o financiamento de projetos de pesquisa e capacitação de pesquisadores.

Nos últimos anos, a pesquisa agropecuária investiu em tecnologia para grãos em todo o País, particularmente, na região do Cerrado. O desenvolvimento tecnológico nessa região permitiu que sua produção de grãos correspondesse a 40% da produção nacional. Para avançar na geração de tecnologias, o volume de recursos disponíveis no PLO-2006 para pesquisa agropecuária é de R\$ 140,5 milhões e, para a transferência de tecnologia aos produtores, cooperativas e associações é de R\$ 16,7 milhões.

Em relação à defesa agropecuária, o acirramento das barreiras fitozoosanitárias por parte dos países importadores demonstra que há um longo caminho a percorrer para a abertura desses mercados aos produtos brasileiros. Para 2006, foram previstos R\$ 91,2 milhões

para vigilância, controle e erradicação de diversas doenças e pragas que afetam a agropecuária, em especial a erradicação da febre-aftosa, com recursos de R\$ 41,5 milhões. Foram alocados, também, R\$ 35,0 milhões para o Programa de Qualidade de Alimentos e Bebidas, visando maior eficiência nas ações de fiscalização relativas à sanidade e qualidade de alimentos de origem agropecuária, de resíduos químicos e biológicos nocivos à saúde e ao apoio para o cumprimento das regras de conformidade exigidas pelo comércio exterior.

Quanto ao segmento de armazenagem, a comercialização e regulação do abastecimento agroalimentar concentra-se na Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, a qual utiliza os instrumentos de atuação governamental de Aquisições do Governo Federal - AGF (R\$ 2,2 bilhões em 2006), os Contratos de Opções e o Prêmio de Escoamento da Produção - PEP (R\$ 0,3 bilhão em 2006), que em 2006 totalizarão R\$ 2,5 bilhões.

Ademais, o Governo Federal vem intensificando o zoneamento agrícola, aliado ao aprimoramento de ações na área de climatologia e meteorologia, por meio do programa Minimização de Riscos no Agronegócio, favorecendo a proteção dos produtores rurais mediante a contratação de seguros economicamente viáveis, como forma de incentivo à produção agropecuária. Apesar dos esforços do Governo, o custo da contratação de seguro rural ainda é muito elevado, o que levou à criação da Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, que contará em 2006 com R\$ 45,0 milhões e beneficiará, sobretudo, os agricultores que se adequarem às regras do zoneamento agrícola.

## Desenvolvimento Agrário

As medidas adotadas pelo Governo Federal no tocante ao desenvolvimento agrário estão alinhadas com os desafios contidos no II Plano Nacional de Reforma Agrária -PNRA/2003. De um lado, buscam agilizar e dar qualidade aos novos e antigos assentamentos rurais, de modo a garantir condições suficientes para a sua sustentabilidade e, de outro, ampliam os prazos e as condições para o financiamento da agricultura familiar de pequeno e médio porte.

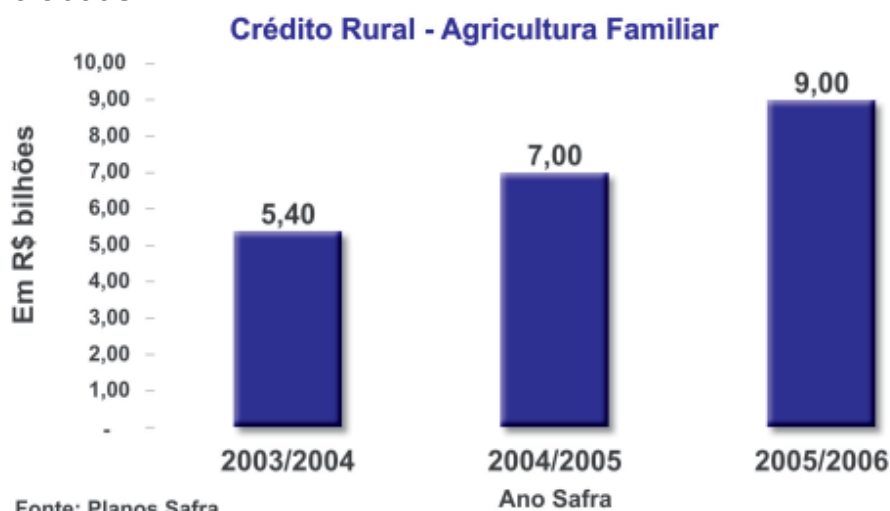
Nesse contexto, foram previstos em 2006 para o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA R\$ 3,6 bilhões para aplicação direta em outros custeios e capital. Tais recursos possibilitarão beneficiar 115 mil famílias por meio da implantação de novos assentamentos rurais, 71 mil famílias mediante a recuperação e estruturação de assentamentos implantados até 2002, e financiar a aquisição de terras para cerca de 30 mil famílias. No tocante à agricultura familiar, serão beneficiados mais de 253 mil agricultores com assistência técnica e capacitação. Esses recursos serão utilizados em diversas ações prioritárias, entre elas:

- Para a desapropriação de terras para fins de reforma agrária o Governo Federal destinou recursos da ordem de R\$ 938,1 milhões. Além da desapropriação por interesse social, existem outras formas de obtenção de imóveis para reforma agrária, tais como a compra e venda direta e a arrecadação de terras devolutas. Os beneficiários dos novos projetos de assentamento receberão, também, assistência técnica e infra-estrutura social e produtiva, para os quais estão previstos R\$ 436,4 milhões. Para atendimento aos assentados em projetos antigos foram destacados R\$ 200,4 milhões, visando principalmente ações de assistência técnica e infra-estrutura social e produtiva.
- Para a concessão de crédito-instalação aos assentados da reforma agrária estão alocados R\$ 939,0 milhões. Os recursos poderão ser usados na construção de moradia na parcela de terra, na aquisição de insumos e pequenos equipamentos para os trabalhos e na subsistência das famílias até a primeira colheita. Além disso, as famílias assentadas em projetos em recuperação receberão complementação dos créditos para continuidade produtiva.
- Outro instrumento para a reorganização agrária, o Programa de Crédito Fundiário, prevê R\$ 427,2 milhões destinados à concessão de financiamentos para aquisição de imóveis rurais. Outros R\$ 117,2 milhões serão disponibilizados para a estruturação das unidades produtivas.
- Como nova forma de garantir sustentabilidade aos beneficiários da reforma agrária e aos agricultores familiares, o Governo terá como foco o desenvolvimento de territórios rurais, canalizando a sua atuação para determinadas regiões, com prioridade para aquelas com vocação para a agricultura familiar. O processo inicia-se com o apoio à elaboração de um plano de desenvolvimento do território, o qual contará com a participação de todos os atores locais. Adicionalmente, com recursos da ordem de R\$ 84,7 milhões, o Governo apoiará a execução de obras e serviços locais que foram definidos como prioritários no plano de cada território.
- Merece destaque a incorporação em 2006, na programação do MDA, de recursos da ordem de R\$ 130,0 milhões para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Parte integrante do Programa Fome Zero, criado em 2003 com o objetivo de promover, a partir do abastecimento pela agricultura familiar, o acesso à alimentação de

populações em situação de risco alimentar, até então, o PPA contava com recursos somente no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Vale esclarecer que as ações do MDA compreenderão a comercialização vinculada à formação de estoques estratégicos com uso preferencial para venda no mercado tradicional, de maneira a formar um "funding" que permita novas compras de alimentos do agricultor familiares.

Outra importante forma de apoio do Governo Federal se refere às linhas de crédito para agricultura familiar. Os financiamentos concedidos vêm alcançando os resultados esperados: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf promoveu a inclusão social de mais de 600 mil agricultores familiares em 2003 e 2004. No ano de 2004, mais de 1,57 milhão de pessoas firmaram contratos com o Pronaf, número significativamente superior aos 953,2 mil em 2002. O volume de recursos aplicados pelo Governo e bancos no financiamento de agricultores familiares também apresentou expressivo crescimento, passando de R\$ 2,4 bilhões em 2002 para R\$ 5,6 bilhões em 2004, o que representa um incremento de 134,2%.

Os recursos disponibilizados para financiamento no Plano Safra da Agricultura Familiar 2005/2006 deverão atingir cerca de R\$ 9,0 bilhões, contra R\$ 7,0 bilhões e R\$ 5,4 bilhões, para as safras 2004/2005 e 2003/2004, respectivamente. O número de famílias beneficiadas deverá alcançar quase 2,0 milhões, em função do aumento previsto de recursos na safra que está iniciando. O financiamento rural do Pronaf tem impactos sociais e econômicos, uma vez que viabiliza aos agricultores familiares ganhos em escala na unidade de produção, mantém as pessoas ocupadas e gera empregos e possibilidades para que a família permaneça no meio rural. Além disso, diminui a tensão no campo e a pressão por emprego na cidade.



## Desenvolvimento Regional

A estratégia de desenvolvimento tem como traço marcante a redução dos desequilíbrios regionais, para viabilizar o melhor aproveitamento das potencialidades sócio-econômicas do País e melhorar as condições de vida da população.

Para isso, além das ações tradicionais específicas da área regional, as políticas setoriais e de infra-estrutura têm sido formuladas e implementadas tendo como referencial os requerimentos de integração regional e desenvolvimento harmônico do País. O conjunto de instrumentos mobilizados, que contemplam também objetivos de desenvolvimento regional, é amplo e diversificado, com ações nas áreas de turismo; recursos hídricos; infra-estrutura de transporte; indústria, tecnologia e comércio exterior; agricultura familiar; energia renovável/biodiesel; entre outras.

A aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais é orientada para o aproveitamento sustentável das vocações produtivas locais, o apoio à disseminação de tecnologias alternativas no semi-árido e à estruturação de cadeias e arranjos produtivos. O volume de recursos emprestados pelos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Centro-Oeste e Nordeste alcançaram o recorde de R\$ 5,7 bilhões em 2004, 89% a mais do que o aplicado em 2003, sendo R\$ 3,2 bilhões na região Nordeste. Para 2005 estão previstas aplicações de mais de R\$ 7,5 bilhões.

Para estimular o investimento privado em regiões menos desenvolvidas, em junho de 2005 foram ampliados os incentivos tributários regionais, por intermédio da criação de um novo regime direcionado para micro-regiões mais carentes nas áreas de atuação das Agências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste (ADA e ADENE). Esse novo regime permite: a) a depreciação integral dos bens de capital no ano da aquisição, para efeito do cálculo do Imposto de Renda; e b) o aproveitamento do crédito do PIS/PASEP e da COFINS, relativo à aquisição de bens de capital, no prazo de 12 meses.

Alguns projetos estratégicos na área de infra-estrutura econômica estão sendo viabilizados pelo Governo Federal e causarão impactos importantes no desenvolvimento regional, como é o caso da Transnordestina (trechos Eliseu Martins - Suape e Eliseu Martins - Pecém), cuja modelagem já foi concluída.

O empreendimento, que contará com o aporte de recursos provenientes do BNDES e dos Fundos de Investimentos do Nordeste e de Desenvolvimento do Nordeste, objetiva reativar



pontos da malha ferroviária da Região Nordeste de forma a possibilitar a interligação de pólos de produção agrícola, mineral e industrial da região e estes com as demais regiões do País.

Estimativas indicam que a Transnordestina transportará 30 milhões de toneladas de grãos e de outras cargas até 2010, fato que permitirá o aumento em 4,4% das vendas externas brasileiras e o transporte de 2,5 milhões de passageiros ao ano, provavelmente em trens modernos e confortáveis de dois andares, com capacidade para 160 passageiros.



Na área de infra-estrutura hídrica, estão em execução 42 grandes projetos estruturantes, com a construção de 2 mil km de sistemas adutores que possibilitarão beneficiar 170 municípios e uma população de mais de 3 milhões de pessoas com abastecimento de água para consumo e produção agropecuária e industrial. Desde o início de 2003, já foram investidos recursos da ordem de R\$ 135,0 milhões na implantação desses projetos.

A União está avaliando, em parceria com estados e organizações da sociedade civil, 72 perímetros públicos de irrigação, objetivando transferir sua gestão para a iniciativa privada, em especial para pequenos produtores, e prevê para 2006 recursos da ordem de R\$ 139,0 milhões, que possibilitarão: licitação dos lotes dos projetos; seleção dos produtores; organização ou reorganização dos produtores no distrito de irrigação, associações e/ou cooperativas; conscientização e

capacitação dos produtores em agricultura irrigada, administração agrícola, manejo ambiental, associativismo, gestão de projeto, operação e manutenção dos sistemas; reabilitação e modernização dos sistemas; assistência técnica; co-gestão e transferência da gestão.

O projeto prioritário do Governo Federal na área do desenvolvimento regional é o de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, a ser implantado com base em novo enfoque de integração das bacias hidrográficas e de revitalização daquele Rio, via ações de recuperação ambiental. O projeto em sua totalidade envolve recursos da ordem de R\$ 6,3 bilhões, dos quais R\$ 5,0 bilhões são destinados à integração das bacias e R\$ 1,3 bilhão à revitalização do Rio, que propiciarão a redução das despesas públicas em ações emergenciais e assistenciais às populações, decorrentes dos efeitos das secas e estiagens.

O Programa Integração de Bacias Hidrográficas prevê investimentos de cerca de R\$ 596,6 milhões em 2005 e R\$ 925,1 milhões em 2006, totalmente direcionados ao projeto São Francisco. Já o esforço de revitalização do Rio consumirá R\$ 91,3 milhões neste exercício e R\$ 124,1 milhões no próximo.

Entre os principais problemas identificados atualmente no Rio São Francisco, destaca-se a poluição hídrica, que compromete a situação ambiental de sua Bacia. Assim, cerca de 80% dos recursos destinados à Revitalização serão direcionados para o Saneamento Ambiental. Os impactos ambientais decorrentes do Projeto de Integração poderão ser perfeitamente atenuados e monitorados por meio dos Programas Ambientais que integram o Projeto.

O Estudo de Sustentabilidade Hídrica do empreendimento já foi concluído, e comprovada a viabilidade técnica do projeto. Constatou-se que a utilização de apenas 2% da vazão total do Rio São Francisco, prevista no Projeto, além de não prejudicar a população da bacia doadora, beneficiará um grande contingente populacional, promovendo o desenvolvimento de regiões carentes do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

O processo de licitação para aquisição de equipamentos hidráulicos para o Projeto foi concluído. Dois sistemas independentes, denominados eixo norte e eixo leste, captarão água no Rio São Francisco entre as barragens de Sobradinho e Itaparica, no Estado de Pernambuco. A licitação de obras dos canais Norte e Leste está em fase de conclusão, com previsão de início das obras para setembro de 2005.

## Política Ambiental Integrada

O Governo inseriu definitivamente a dimensão ambiental na formulação e execução das políticas públicas. Além da implementação da avaliação ambiental estratégica do PPA, são exemplos dessa articulação, entre outros: a) o novo modelo do setor elétrico, com requerimentos prévios de licenciamento para licitação de projetos e solução dos passivos ambientais das hidrelétricas; b) a regularização ambiental das atividades de exploração de petróleo e distribuição de gás natural; c) o aperfeiçoamento dos padrões ambientais nos empreendimentos de ferrovias, hidrovias e portos; d) a formulação de novo modelo de assentamento para a Amazônia; e e) o projeto de revitalização e saneamento do São Francisco.

Está sendo implementado também o plano de ação para prevenção e combate ao desmatamento da Amazônia, com a participação coordenada de três Ministérios e várias autarquias. Esse plano envolve o ordenamento fundiário nos municípios com maior concentração de ações ilegais, a implantação de obras de infra-estrutura ambientalmente sustentáveis, a recuperação de áreas degradadas, a incorporação de áreas devastadas ao manejo florestal e a atuação integrada de Órgãos responsáveis pelo combate às atividades ilegais.

Essa atuação contempla, ainda, o incentivo ao uso sustentável da floresta, já tendo sido criados 8,3 milhões de hectares de Unidades de Conservação no período de março de 2004 a junho de 2005, com metade da área para proteção integral e a outra metade para atividades de uso sustentável. Ademais, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional Projeto de Lei de Gestão das Florestas Públicas, que trata da organização da atividade florestal unindo o uso econômico dos recursos florestais e a sua preservação, possibilitando às populações residentes nessas áreas melhorarem suas condições de vida sem a destruição do meio ambiente.

Outro destaque da política ambiental é o plano de desenvolvimento sustentável para a área de influência da BR-163, primeira grande obra de infra-estrutura, cuja implantação considera as dimensões social, econômica e ambiental, de forma integrada, envolvendo 21 Ministérios. O chamado Plano BR-163 Sustentável foi alvo de consulta pública a cerca de 3 mil pessoas e 800 entidades. O Projeto prevê o apoio ao fortalecimento da gestão ambiental e do ordenamento territorial dos municípios localizados na área de influência da Rodovia, bem como a criação de 4 pólos de gestão ambiental rural/Gestar, ao longo da BR-163 e na região do Araguaia.

## Turismo

O setor de Turismo vem apresentando, nos últimos anos, bons resultados que são caracterizados pelo crescimento do número de desembarques em vôos nacionais, que foi recorde em julho de 2005, com 4,2 milhões de passageiros (22,57% acima de junho de 2005) e de desembarques internacionais, que tiveram alta de 20,34% em julho deste ano, ante o mesmo mês de 2004.

Além disso, de acordo com dados do Banco Central, cerca de US\$ 2,1 bilhões entraram no País no primeiro semestre do ano trazidos por estrangeiros, sendo o setor turístico considerado o terceiro produto de exportação na balança comercial brasileira, atrás apenas do minério de ferro e da soja em grãos.

Para dar prosseguimento a esses bons resultados, o Governo vem priorizando o desenvolvimento da infra-estrutura do País por meio dos Programas de Desenvolvimento do Turismo - Prodetur, com o objetivo de desenvolver e consolidar a atividade turística brasileira, assim como garantir alternativas de sustentabilidade local. Para tanto, estão sendo destinados na Proposta Orçamentária para 2006 recursos no valor de R\$ 62,4 milhões.